



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

A passagem do tufão Hato por Macau no ano passado veio demonstrar a fragilidade desta cidade moderna e próspera, bem como a sua fraca capacidade de prevenção de catástrofes. Devido aos 10 mortos e à grande pressão da sociedade, o Governo deixou para trás a sua lentidão e planeou, com seriedade, as obras de prevenção de inundações. Claro que é impossível concluir uma obra de prevenção de cheias com certa dimensão no prazo de dois ou três anos, e tendo em conta os problemas com as obras públicas de Macau, é compreensível que assim seja. Mas como é que Macau vai responder, caso se registem grandes inundações nos próximos anos?

No mês passado, o Governo realizou o simulacro "Peixe Cristal", no qual, segundo sabemos, participaram pouco mais de mil pessoas em exercícios de evacuação duma zona inundada em caso de catástrofe. Mas este simulacro levantou dúvidas, pois segundo as autoridades, conseguiram alcançar os resultados previstos só com a participação de mil pessoas.

Teoricamente, um simulacro organizado por diversos serviços não se limita à evacuação de pessoas, mas mesmo que seja assim, deve ter objectivos claros. O mais importante é que a população, mesmo que não participe nos simulacros, fique a conhecer os locais e os caminhos de evacuação em caso de catástrofe, para que possa colaborar com o Governo em futuras acções de resistência a catástrofes. No entanto, a população só



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

tomou conhecimento da realização deste simulacro, não obteve mais informações que lhe permitissem colaborar, o que demonstra falta de prudência e desperdício por parte do Governo. Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. As autoridades dividem a zona costeira do Porto Interior em cinco partes, e cabe aos cinco serviços públicos competentes organizar os respectivos trabalhos de evacuação. Mas isto não chega. Em caso de catástrofe, o que a população tem de saber não é qual é o serviço responsável pela evacuação, mas sim os meios a que as autoridades recorrem para avisar as pessoas de determinada zona sobre a necessidade de evacuação. As autoridades realizaram um simulacro, mas, futuramente, que meios é que vão ser adoptados para avisar a população sobre a necessidade de evacuação? Em que critérios se baseiam as autoridades para determinar o momento em que avisam sobre a necessidade de evacuação? Vão prestar esclarecimentos sobre isto o mais rápido possível?
2. Na zona costeira do Porto Interior, no lado oeste da península de Macau, vivem mais de 100 mil pessoas. O plano de evacuação das autoridades vai ser vinculativo? Ou os residentes têm direito a optar por sair ou não? São obrigados a sair caso estejam reunidas determinadas condições? As autoridades devem esclarecer o público sobre tudo isto antes que ocorram as catástrofes, mas ainda não o fizeram. Vão fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Caso haja necessidade de evacuar toda a população da zona do Porto Interior, onde é que as autoridades vão alojar essas 100 mil pessoas? As autoridades devem informar a população, com antecedência, sobre os abrigos de emergência, para que esta possa dirigir-se directamente para lá caso seja necessário. Vão fazê-lo? Numa reunião destinada à interpelação oral, os governantes também afirmaram que tinha de ser a população a dirigir-se aos abrigos de emergência, e que só iam enviar veículos para transporte das pessoas com mobilidade reduzida. Então, a população não deve ser informada, com a devida antecedência, sobre esses locais? Ou as autoridades vão divulgá-los só quando houver necessidade de evacuação, provocando o caos e dificuldades na divulgação de informações?

18 de Maio de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**